

FORMAS ALTERNATIVAS DE PRODUÇÃO: a agricultura orgânica no Município de Presidente Prudente - SP

ALTERNATIVE FORMS OF PRODUCTION: the organic agriculture in the President Prudente - SP

Rosângela Ap. de Medeiros Hespanhol

Docente dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP – Pres. Prudente.
rosangel@fct.unesp.br

Sandra Aparecida Barbosa

Licenciada em Pedagogia e Geografia pela FCT/UNESP de Pres. Prudente. E-mail:
sandrabnas@yahoo.com.br

Resumo

Tem se ampliado a preocupação com as questões ambientais e a qualidade de vida, manifestada, por exemplo, pelas incertezas com relação à qualidade dos alimentos que ingerimos diariamente. Grande parte das preocupações com a alimentação se deve ao surgimento e disseminação de doenças, como por exemplo, a da “vaca louca”, a gripe aviária, entre outras. Os produtos geneticamente modificados, os chamados transgênicos, também provocaram o aumento das dúvidas em relação aos problemas ocasionados pelo seu cultivo e consumo. Nesse contexto, a presente pesquisa teve como objetivo principal identificar e analisar a produção orgânica no município de Presidente Prudente. Constatou-se, por meio da pesquisa, que a agricultura orgânica neste município é ainda incipiente em termos de número de produtores, da área cultivada e do volume produzido, restringindo-se à produção de hortaliças e legumes. Porém, os produtores orgânicos entrevistados declararam estar preocupados com o equilíbrio do ambiente e com a qualidade dos produtos consumidos pela população. Verificamos, a partir dos depoimentos, a importância que as políticas públicas, sobretudo por meio de programas em escala local, poderiam desempenhar ao criar condições mais favoráveis em termos de acesso dos produtores ao crédito rural, a assistência técnica, aos canais de divulgação e de comercialização, com reflexos positivos sobre o número de pessoas que poderia passar a adquirir e a consumir produtos mais saudáveis.

Palavras-chave: Problemas ambientais. Qualidade dos alimentos. Agricultura orgânica. Município de Presidente Prudente (SP).

Abstract

The concerns with environmental issues and quality of life have been growing increasingly, shown, for example, by uncertainties regarding the food quality that we eat daily. Most of these concerns with food quality are due to the diseases emergence and propagation, such as the “mad cow disease”, or the “avian flu”, among others. The (GM) Genetically Modified Food also contributed to increase doubts about the problems caused

by their cultivation and consumption. In this context, this research is aimed to identify and analyze the organic production from Presidente Prudente city. It was found; through this very research that organic farming in this county is still an infant in terms of the number of producers by produced area and the volume produced by restricting the production of vegetables. However, those who produce organically, claimed to be concerned about the environmental balance and products quality consumed by the population. We note, from what is related by the farmers that the importance of public policies, especially through the programs implementation, in a local context, could play an important role in creating, in one hand, more favorable conditions to the producers in terms of access to rural credit and maintenance aiming at production expansion and the number of organic producers in the county, and other channels of distribution and marketing for these products, expanding the number of consumers who could benefit from this closer relationship between producers and consumers.

Keywords: Environmental issues. Food quality. Organic agriculture. Presidente Prudente municipality.

Introdução

A preocupação com as questões ambientais se ampliou a partir de meados dos anos 1980, trazendo à tona discussões referentes ao aquecimento global, destruição da camada de ozônio, intensificação do processo de erosão dos solos, perda da biodiversidade etc. Assim, temos visto, progressivamente, aumentar a preocupação das pessoas com a qualidade de vida, manifestada, por exemplo, pelas incertezas com relação à qualidade dos alimentos que ingerem diariamente. O que estamos comendo e o que isso pode ocasionar em termos de malefícios ao nosso organismo são algumas das dúvidas que fazem parte, de forma mais freqüente, do nosso cotidiano.

Grande parte dessas preocupações com a alimentação se deve ao surgimento de doenças, como por exemplo, a da “vaca louca”, a gripe aviária, entre outras. Os produtos geneticamente modificados, os chamados transgênicos, também colaboraram para aumentar as dúvidas sobre quais os reais problemas ocasionados pelo seu cultivo e consumo, além de outros que os consumidores sequer têm conhecimento dos seus efeitos, como por exemplo, o uso de vacinas e antibióticos na produção animal.

No Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária¹ (ANVISA) iniciou em 2001 a análise de resíduos de agrotóxicos em alimentos. Essa análise tem como objetivo prestar à população brasileira um serviço de controle de qualidade dos alimentos no

tocante aos resíduos de agrotóxicos, disponibilizando ao Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) uma estrutura de monitoramento quanto ao uso desses produtos.

Contudo, as preocupações não se restringem somente àquelas concernentes aos alimentos contaminados, mas também às condições de trabalho dos agricultores, que são muitas vezes vítimas do uso e manipulação inadequados dos agrotóxicos.

Esses fatos revelam a magnitude do problema e as dificuldades derivadas do uso inadequado de agrotóxicos que oferecem riscos à saúde, tanto dos trabalhadores rurais, quanto dos consumidores. Outro aspecto que suscita grandes preocupações é a contaminação do ambiente, ou seja, dos solos, da atmosfera, dos recursos hídricos, dos animais e plantas (BARROS, 2004).

A crescente preocupação com o ambiente e a qualidade dos alimentos motivou a realização de pesquisa sobre a produção orgânica² no Município de Presidente Prudente. O objetivo principal da pesquisa foi identificar e analisar como a produção orgânica está organizada nesta localidade e os principais entraves a sua expansão.

Os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento do trabalho envolveram diversas etapas. Inicialmente foi realizada pesquisa bibliográfica sobre o tema, com o objetivo de subsidiar teoricamente as análises efetuadas. Concomitantemente a pesquisa bibliográfica se procedeu à coleta de dados e informações nos órgãos públicos, tais como a Prefeitura Municipal, o Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) e a unidade da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA) de Presidente Prudente, consultando os documentos oficiais, *sites* ou entrevistando seus dirigentes. O objetivo desta fase foi mapear a produção orgânica no município, bem como buscar informações referentes à existência ou não de políticas públicas de incentivo à produção orgânica em Presidente Prudente. Também foram realizadas visitas aos supermercados desta localidade, mas, constatamos que poucos possuem gôndolas com produtos orgânicos. Optamos, então, por realizar entrevistas semiestruturadas com produtores orgânicos do Município de Presidente Prudente, por entendermos que se trata de um procedimento fundamental para se contemplar os objetivos da pesquisa. A partir dos dados e informações coletados iniciou-se a fase de visitas e de realização de entrevistas, sendo selecionados cinco produtores orgânicos do município para essa etapa da pesquisa.

O presente artigo está estruturado em três partes, além dessa introdução, das considerações finais e das referências. Na primeira se abordou a agricultura sustentável e a possibilidade de sua inserção nas sociedades capitalistas; na segunda se enfocou o Município de Presidente Prudente no contexto social e econômico da 10ª Região Administrativa e as características do seu setor agropecuário; e na terceira se procedeu à análise de algumas experiências de produção orgânica existentes no município de Presidente Prudente.

A expansão da agricultura em bases técnicas modernas e a persistência de formas alternativas de produção

Apesar do predomínio do padrão moderno de agricultura nos Estados Unidos e na Europa desde o início do século XX, persistiram focos de resistência formados por pesquisadores e grupos de produtores rurais que eram contrários à adoção de inovações tecnológicas e que utilizavam técnicas de cultivo que valorizavam a fertilização orgânica dos solos e o potencial biológico dos processos produtivos (EHLERS, 1994).

Esses grupos deram origem, nas décadas de 1920 e 1930, a movimentos alternativos como o da agricultura biodinâmica, orgânica, biológica e natural³, os quais têm em comum os seguintes pressupostos:

- a) diversificação e integração das explorações vegetais e animais;
- b) adoção de esquemas de reciclagem dos resíduos vegetais e animais; e,
- c) uso de nutrientes de baixa solubilidade.

Durante várias décadas, esses grupos persistiram em algumas partes da Europa e do Japão, sendo hostilizados tanto pela comunidade científica internacional como pelo setor produtivo agrícola, se mantendo a margem no cenário agrícola mundial (EHLERS, 1994).

No final dos anos 1960 e início da década de 1970, o surgimento de evidências dos efeitos adversos da chamada agricultura moderna e o ambiente contestatório da contracultura nos países ricos, que questionava os valores da sociedade moderna, propiciaram a retomada dessas formas alternativas de agricultura, apesar de inicialmente serem restritas a grupos que buscavam uma alimentação mais “natural”.

O agravamento dos problemas ambientais como a erosão dos solos, a contaminação dos recursos hídricos e dos alimentos, a redução da biodiversidade, a diminuição da camada de ozônio, o aquecimento global, a expansão da desertificação

etc. associado à pressão da opinião pública, questionando sobre a qualidade do meio ambiente e dos alimentos, forçaram os governos dos países ricos a mudarem os seus posicionamentos em relação à questão ambiental e à agricultura moderna.

As discussões sobre a problemática ambiental e os questionamentos em relação à insustentabilidade da sociedade de consumo tiveram como marco a Primeira Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que ocorreu em Estocolmo no ano de 1972. Nesse evento, “a concepção desenvolvimentista passou a ser combatida, cedendo espaço, no plano das discussões, ao ecodesenvolvimento” (HESPANHOL, 2007, p. 180).

A partir dos anos 1980 passou a haver a desvinculação entre desenvolvimento rural e ampliação dos níveis de produtividade na agricultura com base na utilização do pacote tecnológico da revolução verde, especialmente na Europa. Mas, mesmo nos EUA foram criados programas especiais de pesquisa e treinamento, a partir dos anos 1980, destinados a analisar métodos alternativos de produção capazes de reduzir os danos ao meio ambiente, dentre os quais se destacou o *Low-Input/Sustainable Agriculture* (LISA), como enfatiza Dulley (2003).

Segundo Ehlers (1994, p. 14-15)

Tanto a criação do Programa LISA como a publicação de *Alternative Agriculture* influenciaram na formulação e aprovação da lei agrícola norte-americana de 1990, a *Food, Agriculture, Conservation and Trade Act* (FACTA-90). Essa lei determina que o USDA deve promover programas de pesquisa, educação e extensão voltados à agricultura sustentável.

Mas, afinal, o que se pode entender por agricultura sustentável? Eis algumas tentativas de definição:

- a) a agricultura sustentável não se constitui num conjunto de práticas especiais, mas num objetivo que visa alcançar um sistema produtivo de fibras ou alimentos que: i) aumente a produtividade dos recursos naturais e dos sistemas agrícolas, permitindo que os produtores respondam aos níveis de demanda engendrados pelo crescimento populacional e pelo desenvolvimento econômico; ii) produza alimentos saudáveis, integrais e nutritivos que permitam o bem-estar humano; iii) garanta renda líquida suficiente para que os agricultores tenham um nível de vida aceitável e possam investir no aumento da produtividade do solo, da água e

- de outros recursos e, iv) corresponda às normas e expectativas da comunidade (CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA – NRC/EUA, 1989);
- b) “a agricultura sustentável compreende o manejo e a conservação da base de recursos naturais e a orientação da mudança tecnológica e institucional, de maneira a assegurar a obtenção e a satisfação contínua das necessidades humanas para as gerações presentes e futuras. Tal desenvolvimento sustentável (na agricultura, na exploração florestal, na pesca) resulta na conservação do solo, da água e dos recursos genéticos animais e vegetais, além de não degradar o ambiente, ser tecnicamente viável e socialmente aceitável” (Declaração de Den Bosh, lançado pela FAO em 1991);
- c) “a agricultura sustentável deve ser entendida como um modelo de desenvolvimento agrícola onde as formas de produção e organização social conduzem à manutenção e ao aumento da fertilidade do solo, à preservação dos outros recursos naturais e à permanência e estabilidade dos valores culturais das populações rurais. Sendo assim, a procura por uma nova agricultura e as reformas sociais têm que, enquanto faces de uma mesma moeda, caminhar em paralelo na construção de um projeto social mais democrático” (REVISTA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL, 1995, p. 15-16);
- d) “os defensores da chamada Agricultura Sustentável alegam que esta proposta tem como objetivo resgatar os sistemas de produção diversificados e condizentes com a vocação da terra, propondo uma sustentabilidade ecológica e econômica dos sistemas de produção agrícolas, tendo como base a conservação dos recursos renováveis, a adaptação da agricultura ao ambiente e a manutenção de um nível alto porém sustentável de produtividade” (CARRIERI & MONTEIRO, 1996, p 14).

Como se pode observar não existe unanimidade sobre o que é, ou pode vir a ser a agricultura sustentável. O próprio conceito de desenvolvimento sustentável é considerado por muitos como contraditório, já que não questiona a estrutura do sistema capitalista. Além disso, o debate da sustentabilidade, de uma forma geral, tem subordinado as questões ambientais a determinadas categorias que desconsideram a dimensão social (MOREIRA, CARMO, 2004; PEREIRA, 2005). Todavia, de uma forma geral, essas

definições expressam a insatisfação com o padrão tecnológico moderno da agricultura, a preocupação com a questão ambiental e social e a segurança alimentar.

De acordo com Moreira; Carmo (2004), a noção de Agricultura Sustentável permanece cercada não apenas de imprecisões conceituais, mas também de dúvidas e contradições. Ela permite abrigar desde aqueles que se contentam com simples ajustes técnicos no atual padrão produtivo até os que veem nessa noção um objetivo de longo prazo que possibilite mudanças estruturais, não apenas na produção agrícola, mas em toda a sociedade.

Essa amplitude de definições sobre a agricultura sustentável possibilita agrupar uma grande variedade de interesses, muitos dos quais conflitantes, como o das empresas produtoras de insumos e de biotecnologias para a agricultura de um lado, e as ONG's e os movimentos sociais, de outro (HESPANHOL, 2008).

Para as empresas que tem interesses econômicos primordiais na continuidade do padrão moderno da agricultura, sobretudo nos países do Terceiro Mundo, a noção de agricultura sustentável é compatível com o padrão convencional de modernização, porém praticada com maior eficiência e racionalidade.

De acordo com Ehlers (1994, p. 16), esse padrão convencional

[...] refere-se a um conjunto de práticas bem definidas, que podem ser julgadas como mais ou menos sustentáveis, conforme as previsões sobre a durabilidade dos recursos naturais que empregam. A redução do uso de insumos industriais (*low input agriculture*), a aplicação mais eficiente ou mesmo a substituição dos agroquímicos por insumos biológicos ou biotecnológicos seriam suficientes para a consolidação do novo paradigma. Nesse caso, a agricultura sustentável é algo bem mais palpável, um objeto de curto prazo.

Nesse sentido também, Carrieri & Monteiro (1996, p. 14) observam que “a biotecnologia é apontada como alternativa de continuidade para o atual paradigma, tentando solucionar os atuais gargalos relacionados às questões ambientais, à medida que proporia a diminuição do uso de insumos químicos na agricultura e o desenvolvimento de tecnologias menos danosas ao meio ambiente”.

Para as organizações não-governamentais (ONG's) e os movimentos sociais, a agricultura sustentável é entendida

[...] como uma possibilidade de se promover transformações sociais, econômicas e ambientais em todo o sistema agroalimentar. A erradicação da fome e da miséria, a promoção de melhorias na qualidade de vida para centenas de milhões de habitantes, a democratização do uso da terra ou mesmo a consolidação de uma ética social mais igualitária são alguns dos desafios contidos na noção de desenvolvimento e da agricultura sustentável. (EHLERS, 1994, p.16).

Entendida dessa forma, a agricultura sustentável pressupõe um novo modelo de desenvolvimento, menos excludente socialmente e mais direcionado para a valorização do meio ambiente e do conhecimento tradicional dos produtores rurais.

Formas alternativas de agricultura no Brasil

No Brasil, até meados da década de 1980, as discussões a respeito de uma nova forma de produzir na agricultura que questionasse ou pelo menos tentasse discutir os problemas ambientais e sociais resultantes do padrão moderno do agro nacional, vigente desde o final dos anos 1960, sofria de descrédito tanto por parte dos produtores rurais engajados no processo de modernização agrícola, como dos técnicos e pesquisadores da área, que vislumbravam nessas práticas um retorno saudosista ao passado.

Tal resistência se dava pelo próprio modelo de desenvolvimento do país, o qual valorizava a alta produtividade do setor moderno da agricultura, especialmente na produção de grãos para o mercado externo.

Todavia, o processo de modernização da agricultura que vinha sendo altamente subsidiado pelo Estado desde meados dos anos 1960, passou a partir do final dos anos 1970, a demonstrar os primeiros sinais de exaustão, com a retirada progressiva do Estado, enquanto financiador desse processo. Nesse sentido, Delgado (1985, p. 46) afirma que:

[...] a partir de 1978 o Estado começa a se desvencilhar da política financeira, elevando taxas de juros, reduzindo subsídios financeiros e apontando crescentemente para o sistema de crédito privado e para as condições gerais do mercado financeiro, como nova forma de inserção da clientela agropecuária. Essa tendência (...) que se acentua particularmente em 1983, com a interferência do FMI sobre a política econômica – financeira, é, possivelmente o momento de maior embaraço do projeto de modernização conservadora, sob a égide financeira estatal.

A redução do volume de crédito disponível e dos subsídios destinados ao setor agrícola e as crescentes preocupações com os problemas sócio-econômicos e ambientais

gerados pelo padrão moderno de agricultura viabilizaram o fortalecimento das discussões sobre as formas alternativas de produção agrícola no país.

Práticas agrícolas alternativas como o Manejo Integrado de Pragas (MP), o plantio direto, o emprego de matéria orgânica agroindustrial para a fertilização das lavouras, entre outras, passaram a ser adotadas por vários produtores rurais.

Todavia, como observa Veiga (1994), essas práticas não colocam em risco o padrão moderno atual de desenvolvimento da agricultura, podendo minimizar os impactos ambientais, garantindo a redução dos custos de produção, sendo facilmente assimiladas pelos segmentos do agronegócio.

Além da introdução dessas práticas, passaram a ser criadas também várias associações de produtores rurais ou instituições organizadas sob os pressupostos da agricultura sustentável, tais como a Associação de Agricultura Orgânica (AAO) em São Paulo, a Cooperativa Colméia em Porto Alegre, o Instituto Verde Vida da Associação de Produtores Orgânicos em Curitiba, a Associação dos Produtores Biológicos do Rio de Janeiro (ABIO), entre outras. Consta-se, assim, que essas associações e/ou instituições, embora agreguem agricultores que produzem de forma mais sustentável em vários municípios do seu entorno e, em alguns casos, distantes, a comercialização se concentra nas grandes cidades.

A partir dessa constatação é que se propôs a realização da pesquisa no Município de Presidente Prudente, cujo centro urbano possui cerca de 200 mil habitantes, se constituindo numa cidade média do interior do Estado de São Paulo.

O Município de Presidente Prudente no contexto regional

O município de Presidente Prudente localiza-se no sudoeste paulista, tendo uma área territorial de 562,11 km² e constituindo-se na sede da 10^a Região Administrativa do Estado de São Paulo (Mapa 1).

A 10^a Região Administrativa é composta por 53 municípios, dentre os quais 32 fazem parte do Pontal do Paranapanema, área caracterizada pelo fraco dinamismo econômico e por possuir terras devolutas, o que tem ocasionado intensos conflitos agrários e a implantação de vários assentamentos rurais.

Em termos populacionais, os 53 municípios desta região concentravam no ano de 2010, um total de 832.943 habitantes, representando 2,02% da população total do Estado de São Paulo (IBGE, 2010). Uma característica marcante desta região é o grande número de municípios de pequeno porte, com população inferior a 10 mil habitantes, e a importância social e econômica da agricultura nessas economias locais.

O município de Presidente Prudente se destaca no contexto regional por concentrar, 207.461 habitantes, o que representa 24,9% da população regional, de acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010). Essa grande concentração populacional se deve à centralidade desempenhada pela cidade de Presidente Prudente, com expressiva oferta de serviços públicos e privados (hospital regional, clínicas médicas e odontológicas especializadas, universidades etc.) e pela forte presença de atividades comerciais (hipermercados, *shoppings centers* etc.).

De acordo com informações disponibilizadas pela Fundação SEADE, a renda *per capita* do município de Presidente Prudente era R\$ 15.435,91 no ano de 2008 e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) era de 0,846 no ano de 2000. Esses mesmos indicadores para o Estado de São Paulo eram de R\$ 24.457,00 e o IDH era de 0,814 (SEADE, 2011).

No ano de 2010, a taxa de urbanização de Presidente Prudente era de 97,9%, sendo que apenas 2,1% da população total residiam nas zonas rurais (IBGE, 2010).

Apesar da pequena porcentagem de população residente no espaço rural, o município de Presidente Prudente apresentou no ano agrícola de 2007/2008 um total de 1.560 Unidades de Produção Agropecuárias (UPAs), distribuídas numa área de 49.852 hectares, segundo informações disponibilizadas pelo Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuárias do Estado de São Paulo (LUPA).

Tabela 1 - Unidades Produtivas Agropecuárias do Município de Presidente Prudente - 2007/2008.

Área das UPAs	Nº	Área (ha)
Menos de 1 ha	102	74,8
De 1 a 2 ha	54	92,8
De 2 a 5 ha	278	954,1
De 5 a 10 ha	242	1814,7
De 10 a 20 ha	385	5500,6
De 20 a 50 ha	329	10114,8
De 50 a 100 ha	90	6313,6
De 100 a 200 ha	56	7815,8
De 200 a 500 ha	18	5197,8
De 500 a 1000 ha	1	959,9
De 1000 a 2000 ha	1	1879,3
De 2000 a 5000 ha	4	9133,8
Total	1560	49852,0

Fonte: LUPA (2009).

Do total de Unidades de Produção Agropecuárias do município, 1.390 (89,1%) possuem áreas inferiores a 50 hectares e ocupam apenas 18.551,8 hectares, correspondendo a 37,2% da área total. Entretanto, as 170 UPAs (10,9%) que possuem entre 50 e 5.000 hectares, concentram 31.300,2 hectares, equivalendo a 62,8% da área total. Essa grande concentração fundiária verificada no município também ocorre em nível regional.

Em termos de área cultivada e de número de UPAs, se verifica por meio dos dados apresentados pelo LUPA de 2007/2008 que as principais eram: braquiária, com 29.207,7 ha. em 987 UPAs; cana-de-açúcar, com 9.785,0 ha. em 367 UPAs; gramas, com 3.800,7 ha em 286 UPAs; batata-doce, com 1.585,7 ha. em 123 UPAs; milho, com 638,3 ha. em 205 UPAs; eucalipto, com 251,7 ha. em 245 UPAs; mandioca, com 136,3 ha. em 126 UPAs; e as demais lavouras com 4.446,6 ha.

Em Presidente Prudente, tal qual ocorre na região, destaca-se nas grandes propriedades rurais a pecuária de corte (240 UPAs, com 20.828 cabeças), que é realizada de forma extensiva e com pouca utilização de mão-de-obra e o cultivo da cana-de-açúcar em áreas normalmente arrendadas para a Usina Alto Alegre que possui uma unidade industrial no norte do município

Nas pequenas propriedades rurais há a combinação da pecuária mista (corte e leite) com o cultivo de várias lavouras, como batata-doce, milho e mandioca, conduzidas, em sua grande maioria, de forma convencional, com a utilização de insumos químicos, agrotóxicos etc. Essa maior dependência de insumos e serviços produzidos externamente à propriedade tem agravado o nível de descapitalização desses produtores rurais e, associado a outros fatores, como a falta de infraestrutura, de equipamentos sociais e a própria idade avançada, tem levado muitos a abandonarem a atividade agropecuária e se mudarem para a cidade.

Experiências de Agricultura orgânica no Município de Presidente Prudente

De acordo com Camargo Filho, Camargo & Alves (2007) foi realizado em 2006 pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), em conjunto com a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), um levantamento da área cultivada com a produção orgânica no Estado de São Paulo e se constatou que havia 4.851,19 hectares, dos quais 36,5% eram ocupados com cana-de-açúcar; 15,6% com hortaliças; 25,0% com frutas; 15,0% com café; e 7,9% com outras culturas; a área de pastagem não foi estimada. O maior número de espécies cultivadas era de hortaliças (28), seguida pelas frutas (12).

Verificamos, por meio da pesquisa de campo, que a agricultura orgânica no município de Presidente Prudente é bastante incipiente, o que foi evidenciado pelo número reduzido de produtores orgânicos, volume da produção, ausência de espaços de divulgação e comercialização dos produtos, como por exemplo, uma feira, bem como pela inexistência de uma logomarca que identifique os produtos cultivados, em particular pelos cinco produtores rurais entrevistados.

Constatamos com a pesquisa de campo que os produtores entrevistados ainda não dispunham de uma identificação própria para seus produtos, isto é, uma marca ou um selo para a identificação dos produtos orgânicos. De acordo com Campanhola & Valarini (2001) uma ação importante para o pequeno produtor é o estabelecimento de “marcas” comerciais próprias de alimentos orgânicos para fortalecer a credibilidade entre os consumidores locais, buscando a sua fidelidade na compra desses produtos.

Em relação à área cultivada, se verificou que os entrevistados se constituem em pequenos produtores rurais, que cultivam áreas que variam entre 440m² e 10.000m² e

utilizam mão-de-obra familiar, como o produtor 5, mão-de-obra voluntária como é o caso do produtor 1⁴, ou se contrata um pequeno número de trabalhadores permanentes como é o caso do produtor 4. Todavia, diante da pequena dimensão das explorações, a quantidade de mão-de-obra utilizada é significativa e importante.

Uma característica importante informada pelos entrevistados é o nível de escolaridade, já que dois afirmaram ter ensino médio completo, um tem curso técnico em agropecuária e dois tem nível superior, o que revela a necessidade de conhecimento técnico para atuar na produção orgânica. Assim, não basta apenas querer trabalhar com a agricultura orgânica; é necessário conhecer as técnicas e o funcionamento dessa forma de produção ou estar apto a buscar as informações. Como se expressam Barros & Bicalho (2006, p. 02)

A agricultura orgânica representa não apenas um sistema que substitui o uso de insumos químicos, mas um conjunto de ideais que incorporam uma nova forma de ver e trabalhar o campo, associando a produção à preocupação social e ambiental, o que é explícito na própria legislação brasileira pela Lei Nº. 10831 de 23/12/2003, artigo 1º.

Dentre as dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores orgânicos se destacam a escassez de pesquisa científica e a falta de assistência técnica da rede pública. Assim, os pequenos produtores rurais limitam-se aos conhecimentos desenvolvidos empiricamente ou, para aqueles que têm melhores condições econômicas, há a possibilidade de contratação de consultoria privada. Contudo, como observam Barros & Bicalho (2006, p. 12), há muitas limitações quanto à assistência técnica “que é pequena uma vez que não há técnicos especializados suficientes para uma proposta de disseminação maior da agricultura orgânica e a maior parte dos especialistas fica absorvida pelos maiores proprietários que dominam a produção e comercialização.”

Na Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA) de Presidente Prudente, por exemplo, não há, em seu corpo técnico, pesquisadores em agricultura orgânica, embora em outros Pólos, como por exemplo, o do Vale do Ribeira, que tem sede em Pariquera-Açu e do Centro-Sul, com sede em Piracicaba, há especialistas que desenvolvem pesquisas em agricultura orgânica.

O mesmo foi observado no Escritório de Desenvolvimento Rural de Presidente Prudente, cujo responsável ao ser entrevistado informou que não havia até aquele momento

nenhum projeto específico ou acompanhamento técnico para a produção orgânica, embora eles desenvolvam projetos interessantes que beneficiam o conjunto dos produtores rurais, tais como a Patrulha Agrícola Municipal, o Barracão CEAGESP do Produtor, o CATI leite, o Programa Estadual de Microbacias, o Programa Melhor Caminho etc.

Segundo informações do técnico da Casa da Agricultura entrevistado, esses projetos são realizados em parceria entre a Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo (CODASP), a CATI e as Centrais de Abastecimento (CEASA).

Alguns trabalhos sobre produção orgânica têm demonstrado que, embora existam algumas ações de pesquisa e de investimento, ainda é necessário definir ações e metas, isto é, ainda falta uma atuação consistente do poder público, seja em nível federal, estadual ou municipal para promover e incentivar de maneira mais efetiva a agricultura orgânica.

Dessa forma, evidenciamos a necessidade dos órgãos governamentais disponibilizarem técnicos em quantidade suficiente e com capacidade para que, além de coordenar os projetos, possam efetivamente dar assistência técnica aos produtores.

Neste sentido, Camargo Filho, Camargo & Alves (2007) sugerem a promoção da integração de programas de atividades das Secretarias de Estado do Governo Paulista, que facilitem e possibilitem a sustentabilidade e sua expansão em termos de atividades na agropecuária.

Com relação à comercialização de produtos orgânicos, Carvalho (2002, p. 214) destaca que no plano econômico, a principal distinção entre o padrão tecnológico da agricultura convencional, dita moderna, e a agricultura orgânica se refere à “forma personalizada de organização do mercado, buscando garantir a subordinação da ética do lucro pela da qualidade do produto e do ambiente”. Isso porque, de acordo com essa autora,

A relação impessoal de mercado, entre produtor e consumidor, na nossa sociedade atual, faz com que o produto passe a ser visto por todos como desvinculado das condições em que foi produzido e dos fins a que se destina. Consumidores hoje começam a exigir mudanças e a valorizar e conhecer a procedência, mesmo que isto não lhes traga nenhuma garantia de maior confiabilidade (CARVALHO, 2002, p. 214).

A maioria dos produtores pesquisados informou que vende diretamente ao consumidor os produtos “in natura”, sem qualquer processamento ou agregação de valor. De acordo com Camargo *et. al.* (2004), “o grande desafio do setor brasileiro de produtos orgânicos é ganhar mercado para os processados, que agreguem valor ao produto final”

Verificou na pesquisa de campo que uma das principais dificuldades encontradas para realizar o processamento dos produtos agropecuários diz respeito à pequena escala da produção. Para resolver esse problema relacionado ao pequeno volume produzido seria fundamental a organização dos produtores por meio de associações ou cooperativas, que poderiam se tornar um espaço importante de mediação dos conflitos e dos problemas enfrentados por esses agricultores e, ao mesmo tempo, de representação dos seus interesses e de articulação com as demais esferas do poder local (prefeitura municipal, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR, Casa da Agricultura, CEASAs etc.) (HESPANHOL, 2007).

Há, no entanto, entre os produtores pesquisados, contatos pessoais e articulações informais por meio de reuniões e visitas visando à troca de conhecimentos sobre técnicas de produção e outros aspectos relacionados à comercialização, o que demonstra a importância da organização coletiva.

O preço de comercialização dos produtos orgânicos é geralmente o mesmo que o praticado para os produtos convencionais, sendo que apenas um produtor afirmou comercializar os produtos orgânicos com 20% de acréscimo com relação aos produtos convencionais, já que os embala. Os produtores pesquisados conseguem comercializar a produção orgânica pelo mesmo preço que os convencionais porque, ao venderem diretamente aos consumidores, eliminam a figura do atravessador.

Como observa Dulley (2003), pesquisas recentes têm mostrado que os consumidores estão dispostos a pagar mais pela qualidade orgânica agregada ao produto, sendo que o objetivo principal é cuidar da saúde pessoal e da família. No entanto, como destaca esse autor, o consumidor precisa estar atento, sobretudo aos produtos chamados de oportunistas, ou seja, que têm denominações que sugerem que são orgânicos, como por exemplo, “tudo verde”, “naturais” etc. Assim, se o consumidor não compra diretamente de um produtor, é necessário que ele esteja atento à presença do selo de uma certificadora (SOUZA; DULLEY, 2002).

Na avaliação de Carvalho (2002, p. 214),

Cada dia mais se vê nas prateleiras dos supermercados produtos embalados com algum tipo de identificação do produtor. Existe um volume crescente de informações disponíveis para o consumidor e cabe ao Estado regulamentar para que o excesso de informação não venha a se transformar em desorientação para o consumidor.

Em relação ao mercado consumidor, os entrevistados foram unânimes em afirmar que este existe e há demanda local para os produtos. De acordo com as informações prestadas, toda a produção é comercializada com pessoas residentes no município, o que denota que existe um mercado consumidor para os produtos orgânicos e ainda há a possibilidade deste se expandir.

Do ponto de vista da comercialização dos produtos orgânicos há, em virtude da menor escala de produção, uma maior vinculação com o espaço local, que pode favorecer “a formação de mercados regionais (...), possibilitando a integração de interesses entre produtores, comerciantes e consumidores” (ASSIS, 2003, p.93)

Como os preços praticados por esses produtores do município de Presidente Prudente são, na maioria das vezes, os mesmos que os preços dos produtos convencionais, já que a produção é comercializada diretamente com os consumidores, sem a presença de intermediários, a expansão desse mercado poderia beneficiar um número maior de pessoas que, muitas vezes, desconhece os benefícios dos produtos orgânicos, ou seja, o seu diferencial em termos de qualidade para o consumo.

Verificamos, por meio da pesquisa de campo, que a falta de políticas públicas direcionadas a estimular a produção orgânica é justificada pela distância do município de Presidente Prudente em relação aos grandes centros consumidores, como a Região Metropolitana de São Paulo, por exemplo. Todavia, percebemos que seja em virtude de preocupações ambientais ou pela qualidade dos alimentos, ou a combinação desses dois aspectos, esse mercado existe no município de Presidente Prudente e na 10ª Região Administrativa, tendendo a ampliar-se na medida em que houvesse espaços de comercialização direta entre os produtores e os consumidores e a divulgação dos benefícios da produção orgânica.

Fica evidente que embora exista certa união entre alguns produtores, isto é, eles se conhecem e se ajudam, há dificuldades em se manter uma associação funcionando como deveria, já que apenas no município de Presidente Prudente é pequeno o número de produtores orgânicos. Podemos observar que, ao contrário de outras regiões do

Estado de São Paulo e mesmo de outros estados, esses produtores rurais não têm tradição em termos de associativismo⁵ ou cooperativismo, embora o município possua um número considerável de pequenas e médias propriedades rurais.

Outra questão bastante relevante diz respeito à formação de técnicos em agropecuária, como é o caso da Escola Técnica do Centro Paula Souza, que propicia o contato dos alunos com a filosofia e com as técnicas da agricultura orgânica. Isso pode favorecer a formação de futuros profissionais com um olhar diferenciado, atuando como facilitadores no processo de expansão da produção orgânica.

Acreditamos que tal fato evidencia uma mudança de concepções acerca das prioridades para essa região, ou mesmo para as regiões que esses profissionais irão atuar. Assim, a formação oferecida não privilegia somente o agronegócio, mas, abre possibilidades de atuação por parte do futuro técnico, o que certamente será um diferencial na sua formação.

Os produtores entrevistados afirmaram que a agricultura orgânica é uma fonte de renda importante, sendo que todos pensam em diversificar ou expandir a produção. Isso porque, de acordo com Freitas (2002), a agricultura orgânica ao reduzir os custos de produção e a dependência de insumos externos, torna a atividade rentável ao produtor.

De acordo com Hespanhol (2008), a organização das unidades produtivas menores e as formas sustentáveis em termos de agricultura encontram condições mais favoráveis de expansão em pequenas propriedades rurais do que nas médias e grandes.

Assim, a adoção do sistema orgânico de produção por pequenos produtores rurais apresenta como principais vantagens:

- a) a escala de produção, que por ser menor, favorece a conversão produtiva e permite a produção em pequenas áreas; b) a diversificação produtiva que em virtude da integração do cultivo de lavouras temporárias e/ou permanentes com a criação de animais, pode facilitar a adoção do sistema orgânico, ao mesmo tempo em que garante maior estabilidade econômica; c) o maior envolvimento direto do produtor e dos membros da família, favorecendo tanto o maior controle sobre o processo produtivo como a maior capacidade de absorção desta mão-de-obra; d) a menor dependência de insumos externos, devido ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis na propriedade; e) a possibilidade de eliminação do uso de agrotóxicos, que contribui para a redução dos custos de produção; e f) os menores custos envolvidos na produção, resultando em melhores relações custo-benefício e maiores rendas efetivas (HESPANHOL, 2008, p. 13).

Todos os produtores entrevistados demonstraram se preocupar com a qualidade dos insumos utilizados, procurando diminuir o grau de dependência externa, por meio do emprego de recursos internos da propriedade e investindo no uso de caldas e biofertilizantes. Os entrevistados relataram a importância de eliminar o uso de agrotóxicos, inclusive demonstraram precaução com relação à utilização de caldas e outros insumos que, mesmo elaborados com produtos naturais, podem ser prejudiciais ao equilíbrio do ambiente, como por exemplo, as caldas que utilizam fumo. Outra preocupação diz respeito a utilização de matéria orgânica externa à propriedade e que esteja contaminada ou ainda que seja aplicada em quantidade inapropriada.

Quatro dos cinco produtores entrevistados afirmaram que estão em busca ou iniciando o processo de certificação. Esse processo é dificultado pelos altos custos da certificação e do acompanhamento das exigências que ela envolve, sendo que uma das alternativas para reduzir as despesas pode ser o controle social da certificação por parte dos agricultores organizados, que assumiriam um código de conduta comum, com o endosso de uma certificadora oficial.

Considerando que a maioria (quatro) dos produtores entrevistados mantém sua produção localizada no perímetro urbano, podemos afirmar que esta atividade no município de Presidente Prudente, na amostra selecionada, constitui-se numa agricultura urbana orgânica.

Isso pode ser explicado por vários fatores, como a necessidade de uma pequena área para a produção, já que ao contrário da agricultura moderna, a agricultura orgânica pode ser desenvolvida em pequenas áreas no interior das cidades. Além disso, podemos ressaltar a proximidade com o mercado consumidor, facilitando a comercialização e ainda as características da produção, que é basicamente de hortaliças e legumes.

Os produtores entrevistados demonstraram ter uma formação filosófica ou ideológica de vínculo com a agricultura orgânica, isto é, acreditam que produzem algo que fará bem às pessoas e que estão, portanto, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos seus consumidores.

Assim, podemos afirmar que é notável em todos os entrevistados o prazer em realizar o trabalho e em enfatizar o quanto a agricultura orgânica traz benefícios para o ambiente e para as pessoas. Os entrevistados reforçaram a importância da qualidade nutricional do produto orgânico, bem como de produzir sem o uso de agrotóxicos, o que ajuda a preservar o equilíbrio biológico dos agroecossistemas.

Considerações finais

Considerando a importância das reflexões sobre as questões ambientais e, propriamente, sobre os problemas causados pela agricultura moderna, pautamos esta pesquisa no delineamento de experiência de produção orgânica no Município de Presidente Prudente, observando a forma de produção, entendendo-a como uma alternativa relevante em termos ambientais e sociais.

Salientamos que todos os produtores orgânicos entrevistados declararam que adotam práticas que objetivam prevenir a erosão dos solos, a contaminação dos cursos d'água e se preocupam com a manutenção da biodiversidade, priorizando a preservação ambiental. Destacaram, sobretudo, que o trabalho com a agricultura orgânica é o resultado de uma mudança na concepção de vida e não apenas uma estratégia de ampliação da renda obtida com a agricultura.

Constatamos, no entanto, que a agricultura orgânica desenvolvida neste município é incipiente, sobretudo quando observamos a produção, que se restringe ao cultivo de hortaliças e legumes. Constatamos o baixo nível de organização dos produtores rurais, o que sem dúvida prejudica não apenas o aumento da produção e da comercialização, mas também a disseminação dessa forma de produzir e, assim se pleitear, junto ao poder público (municipal, estadual e federal) e aos órgãos e/ou instituições vinculadas ao setor agropecuário, a implementação de políticas públicas que garantam o acesso à assistência técnica, ao crédito rural, à comercialização etc. visando a garantir a sustentabilidade da atividade.

Nessa perspectiva, podemos inferir que a produção orgânica não tem a sua importância reconhecida no Município, não só por aqueles que estabelecem as políticas, mas também pelos consumidores, sobretudo os mais esclarecidos e preocupados com o ambiente, que não pressionam o mercado para oferecer em maior quantidade tais produtos.

Sabemos que os consumidores, muitas vezes, não estão conscientes dos problemas relacionados ao uso indiscriminado de agrotóxicos e com isso não se dão conta da importância de consumir alimentos mais saudáveis. Podemos ainda inferir que como não há um local específico para a venda dos produtos orgânicos e estes não estão disponíveis em todos os supermercados, eles são menos acessíveis e, portanto, menos consumidos.

Há ainda a questão dos preços dos produtos orgânicos que, quando obtidos diretamente do produtor, como no caso específico de estudo, tem o preço praticamente igual ao dos produtos convencionais, embora no imaginário da maioria das pessoas, exista uma diferenciação no preço, o que normalmente acontece na comercialização realizada nos supermercados.

Sendo assim, cabe-nos questionar os motivos pelos quais não se investe em políticas que privilegiem a conversão do sistema convencional para o orgânico e ainda porque as informações disponíveis sobre os produtos que consumimos não são suficientemente claras. Sem um mercado consolidado e sem o direcionamento das políticas públicas, prevalece o medo da mudança (da conversão), isto é, o agricultor opta por produzir da maneira que conhece e domina as técnicas, muito embora apresente dificuldades (econômicas, sociais, tecnológicas, de saúde etc.) relacionadas à agricultura moderna.

Podemos concluir que no município de Presidente Prudente, o pacote tecnológico da “Revolução Verde”, que passou a ser implementado no Brasil nos anos 1960, ainda é a opção aceita para direcionar as políticas públicas para o pequeno e médio produtor e também de alguma forma prevalece para os consumidores que, muitas vezes, optam por produtos utilizando como critério apenas as características estéticas, como cor e tamanho, ou mesmo o menor preço.

Mesmo com a intensificação dos problemas ambientais e sociais, não conseguimos empreender ações efetivas capazes de se oporem ao modelo da agricultura moderna, principalmente às empresas multinacionais, que produzem em larga escala, apropriando-se dos avanços tecnológicos.

Ressaltamos que a agricultura familiar e a agricultura orgânica podem ainda se constituir como importantes agentes do desenvolvimento em escala local, favorecendo a produção de gêneros alimentícios diversificados e de qualidade.

Notas

¹ Informações disponíveis no site da ANVISA: www.anvisa.gov.br

² Optamos neste trabalho por utilizar o termo “agricultura orgânica”, entendida como uma das formas representativas dos chamados movimentos alternativos, cujos sistemas de produção foram reconhecidos oficialmente pelo governo federal por meio da instrução normativa de 17 de maio de 1999 e pelo projeto de lei 14/02, aprovado pelo senado federal. Em relação às normas e regulamentos que estabelecem as diretrizes das práticas que podem ser adotadas, a lei nº 10831 de 23 de dezembro de 2003 estabelece as

normas de produção, embalagem, distribuição e rotulagem para os produtos orgânicos de origem animal e vegetal. Nesta lei consta a definição do que é um sistema orgânico de produção agropecuário e as suas finalidades. O produto para ser comercializado como 'orgânico' precisa ser identificado como tal, sendo esta identificação realizada por um selo emitido pelas instituições certificadoras e associações responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da produção (DAROLT, 2007). A lei estabelece ainda que se esta comercialização for feita pelo agricultor familiar, de forma direta com o consumidor, a certificação é facultativa, desde que os produtores estejam cadastrados junto ao órgão fiscalizador. A regulamentação da lei 10831/2003 é feita pelo decreto 6323, publicado em 29 de dezembro de 2007, o que trata de aspectos relativos à produção, armazenamento, rotulagem, transporte, certificação, comercialização e fiscalização dos produtos.

³ Para maiores informações sobre as formas alternativas de agricultura consultar Ehlers (1994), Carvalho (2002), Dulley (2003), Hespagnol (2007) e Hespagnol (2008).

⁴ Para preservar a identidade dos produtores entrevistados, utilizaremos a denominação de Produtor 1, Produtor 2, Produtor 3, Produtor 4 e Produtor 5.

⁵ No ano de 2009, cinco associações de produtores rurais do Município de Presidente Prudente recebiam assistência técnica da Casa da Agricultura, quais sejam: Associação dos Produtores Rurais – Córrego da Onça II, com 62 associados; Associação dos Produtores Rurais do Córrego Cedrinho, com 22 associados; Associação dos Produtores Rurais de Eneida, com 36 associados; Associação dos Pequenos e Médios Produtores Rurais dos Bairros Primeiro de Maio, Timburi e Ponte Alta, com 22 associados; e, a Associação dos Agricultores Familiares da Fazenda São José (Banco da Terra) com 82 associados.

Referências

ASSIS, R. L. Globalização, desenvolvimento sustentável e ação local: o caso da agricultura orgânica. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 20, nº 01, p. 79-96, Jan./Abr. 2003.

BARBOSA, S. A. **A agricultura orgânica no Município de Presidente Prudente: produção e práticas**. 2009. Monografia (Especialização em Geografia) – Departamento de Geografia. FCT/UNESP de Presidente Prudente.

BARROS, R. C. **Agricultura e sustentabilidade ambiental: a qualidade da água dos rios formadores da bacia do rio Grande - Nova Friburgo/RJ**. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

BARROS, R. C.; BICALHO, A. M. S. M. A agricultura orgânica no Estado do Rio de Janeiro e a carência na formação técnica especializada. ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, XVIII, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2006. 1 CD-ROM.

BRASIL – Ministério da Agricultura e do Abastecimento. **Instrução Normativa nº 007 de 17 de maio de 1999**. Brasília: 1999, 12 p.

CAMARGO, A. M. M. P.; CASER, D.V.; CAMARGO FILHO, W. P.; CAMARGO, F. P.; COELHO, P. J. Área cultivada com agricultura orgânica no Estado de São Paulo, 2004. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 36, n. 3, 2006.

CAMARGO FILHO, W. P.; CAMARGO, F. P.; ALVES, H. S. Algumas sugestões para a expansão da agropecuária orgânica no Estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 37, n. 6, p. 50-61, jun. 2007

CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P.J. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. **Cadernos de Ciências e Tecnologia**, Brasília, v. 18, n. 03, p. 69-101, set./dez. 2001.

CARRIERI, A. de P.; MONTEIRO, A. V. V. M. A Agricultura sustentável e a biotecnologia: trajetórias tecnológicas e a (neo) territorialização no campo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.26, n.4, p. 35-47, abr. 1996.

CARVALHO, Y. M. C. Agricultura orgânica e o comércio justo. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.19, n.2, p.205-234, maio/ago. 2002.

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA - NRC/EUA - *Alternative Agriculture*. Relatório, 1989.

DAROLT, M. R. Experiências de Educação para o consumo consciente: fortalecendo a relação entre consumidores e produtores agroecológicos. ENCONTRO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, X, Maringá-PR. **Anais...** Maringá-PR: Universidade Estadual de Maringá, 2007. 1 CD-ROM.

DECRETO 6323/2007. Regulamenta a Lei nº10831/2003, que dispõe sobre agricultura orgânica, e dá outras providências. Presidência da República. 27 de dezembro de 2007. Disponível em <http://www.planetaorganico.com.br/decreto6323.htm>. Acesso em nov. de 2009.

DELGADO, G. da C. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone Editora; Campinas: UNICAMP, 1985 (Coleção América Latina).

DULLEY, R. D. Agricultura orgânica, biodinâmica, natural, agroecológica ou ecológica? **Revista Informações Econômicas**, São Paulo, v.33, n. 10 p. 96-99, out. 2003.

EHLERS, E. Agricultura alternativa: uma perspectiva histórica. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 24, número especial, p. 231-262, 1994.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. Guaíba: Agropecuária, 1996.157 p.

FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação). Relatório da Conferência da FAO/Holanda sobre Agricultura e Meio Ambiente (Den Boshi), 1991. In: **AS-PTA Agricultura sustentável**. Rio de Janeiro: Textos para debate, n.45, 1992, p.16.

FREITAS, J. C. de. **Agricultura Sustentável: Uma análise comparativa dos fatores de produção entre Agricultura Orgânica e Agricultura Convencional**. 2002. Dissertação (Mestrado em Economia) - Departamento de Economia. Universidade de Brasília, Brasília.

HESPAÑHOL, A.N. Agricultura, desenvolvimento e sustentabilidade. In: MARAFON, G. RUA, J.; RIBEIRO, M. A. (Org) **Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 179-198, 2007.

HESPAÑHOL, R. A. M. Perfil das associações de produtores na Região de Presidente Prudente - SP. **Geografia**, Rio Claro, v. 32, n. 1, p. 133-142, 2007.

HESPAÑHOL, R. A. M. Perspectivas da agricultura sustentável no Brasil. **Confins (Revista Franco-Brasileira)**, São Paulo, n. 2, p. 1-17, 1º semestre 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 2010**. RJ: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em 26 de julho de 2011.

LEI Nº 10831/2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Presidência da República: 23 de dezembro de 2003. Disponível em <http://extranet.agricultura.gov.br/sislegisconsulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=5114>. Acesso em abril de 2010.

MOREIRA, R. M.; CARMO, M. S. Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 37-56, jul./dez. 2004.

PEREIRA, M. C. de B. Desenvolvimento e meio ambiente: o todo é maior que a soma das partes. **Revistas Plurais**, Goiânia, v.1 n.2, 2005, 265-272, 2005.

SÃO PAULO (Estado). **Projeto LUPA 2007/2008**: Censo Agropecuário do Estado de São Paulo. São Paulo: CATI/IEA/SAA, 2009. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>>. Acesso em 18 de novembro de 2009.

SOUZA, M. C. M. de; DULLEY, R. D. **Oportunismo**: um poderoso inimigo da agricultura orgânica. 2002. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/oportuni.htm>>. Acesso em: 24 jul. 2009.

VEIGA, J. E. Problemas da transição à agricultura sustentável. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 24, n. especial, p. 9-29, 1994.

Sites consultados

<http://www.seade.gov.br/produtos/iprs/analises/RAPresprudente.pdf>

<http://www.anvisa.gov.br/>

<http://www.seade.gov.br/produtos/paep>

<http://www.seade.gov.br/perfilmunicipal>

Artigo recebido em 22/03/2011 e aceito para publicação em 25/07/2011.